

Atividade 4 - Elaboração da seção de resultados

Discente: Bruna da Silva Barbosa

1. Título (mesmo que provisório) do artigo;

A evolução da adoção internacional em Pernambuco nas últimas décadas: Análise dos desafios e possibilidades na implementação das políticas de acesso ao direito à Convivência Familiar e Comunitária no estado.

2. Objetivo do seu artigo;

OBJETIVO GERAL

- Analisar a evolução das adoções internacionais entre os anos de 1999 e 2019 no estado de Pernambuco, buscando avaliar com base nos dados e teorias os desafios e possibilidades na implementação das políticas de acesso ao direito à Convivência Familiar e Comunitária no estado por meio da adoção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar, descrever e comparar o perfil das crianças e adolescentes que os adotantes nacionais e internacionais têm maior preferência.
2. Apresentar quantitativamente como a adoção internacional foi desenvolvida no estado de Pernambuco nas últimas duas décadas.
3. Compreender por meio dos dados e da teoria como a adoção internacional é fundamentada legalmente.
4. Categorizar longitudinalmente o desenvolvimento das políticas de acesso ao direito à Convivência Familiar e Comunitária no estado por meio da adoção.

3. Veículo escolhido (nome, editora e dados de qualificação do veículo, tais como fator de impacto, Qualis ou outro indicador usado na sua área);

REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES Infância e Juventude

ISSN: 2027-7679

Site:

<https://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/conocenos/guia-para-los-autores-y-autoras>

Escopo: A Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude é uma publicação científica, revisada por pares e multidisciplinar dedicada principalmente à apresentação de **resultados de pesquisas que, sob a perspectiva das ciências sociais, têm como foco central a criança e o jovem** (e não apenas como um tópico subsidiário).

Assim, a revista dirige-se à comunidade de investigadores interessados na teoria e na prática do estudo, análise e aprofundamento da criança e do jovem, bem como a outros interessados na temática com objetivos diversos, entre os quais se destacam: especialmente destaca o **desenho, avaliação e comparação de programas e políticas para crianças e jovens**.

Desta forma, publica pesquisas, análises e meta-análises inéditas que, por sua qualidade e rigor, representam os principais avanços no estudo da infância e juventude na América Latina e no Caribe, ou que debatem saberes e saberes sobre ditas temas. Em suma, recebe contribuições que respondem à complexidade desse campo de estudo, seja de perspectivas disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares (como sociologia, neurociência, psicologia, pedagogia e filosofia) e de qualquer abordagem metodológica que possa ser utilizada.

Aceita artigos em espanhol, português, francês e inglês, **preferencialmente derivados de pesquisas formalmente endossadas por instituições universitárias, centros de pesquisa e entidades financiadoras públicas e privadas**.

A revista foi publicada semestralmente de 2003 a 2019; a partir do ano 2020, é publicado trimestralmente pelo Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude do Cinde e pela Universidade de Manizales (Colômbia); essas instituições financiam sua produção e garantem o acesso gratuito à revista.

● **Fatores considerados para escolha do veículo (ex: fator de impacto, Qualis, etc.);**

1. Escopo e área de concentração do periódico: foco em pesquisas que tratam de temáticas relacionadas à infância e juventude, dentro das Ciências Sociais. Além de também apresentar foco em pesquisas que analisam o desenho, avaliação e comparação de políticas para este grupo, o que se relaciona com o presente trabalho por se tratar de uma pesquisa sobre as políticas de acesso ao direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes.

2. Qualis CAPES: SOCIOLOGIA - A2

3. O periódico incentiva a submissão de trabalhos derivados de pesquisas promovidas por instituições universitárias e que tenham sido financiadas por entidades públicas ou privadas. Nesse quesito a pesquisa em questão também se encaixa, pois foi promovida pelo programa BIA (Bolsas de Incentivo Acadêmico) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), e foi financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

4. Possui normas específicas para trabalhos quantitativos.

4. Texto referente aos resultados, conforme instruções apresentadas para esta atividade;

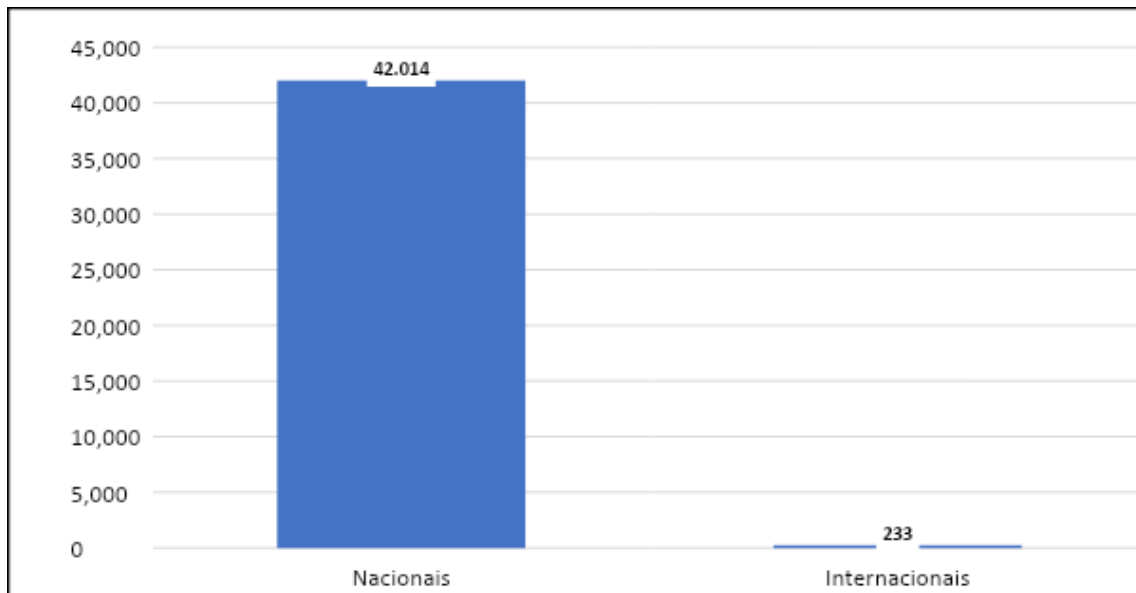
RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1 Caracterização da criança desejada por pretendentes nacionais e internacionais.

Ao analisar dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e fazendo comparações entre aspectos dos pretendentes nacionais e internacionais é perceptível que há uma diferença significativa nos números dos futuros adotantes. Fenômeno que foi estudado pelos âmbitos social e político por Fonseca (2006). Quando, em sua pesquisa, buscou entender o motivo da queda súbita no número de adoções internacionais entre os anos de 1986 a 2000.

Atualmente essa dispersão entre os números de pretendentes nacionais e internacionais ainda existe (como apresentado no gráfico 1). Para Taborda dos Santos (2012) essa diminuição no número de adoções decorre das dificuldades encontradas pelas instituições responsáveis por adoções internacionais no país, e pela vasta regulamentação existente, que acaba por se excluir do âmbito internacional.

Gráfico 1: Número de pretendentes nacionais e internacionais.

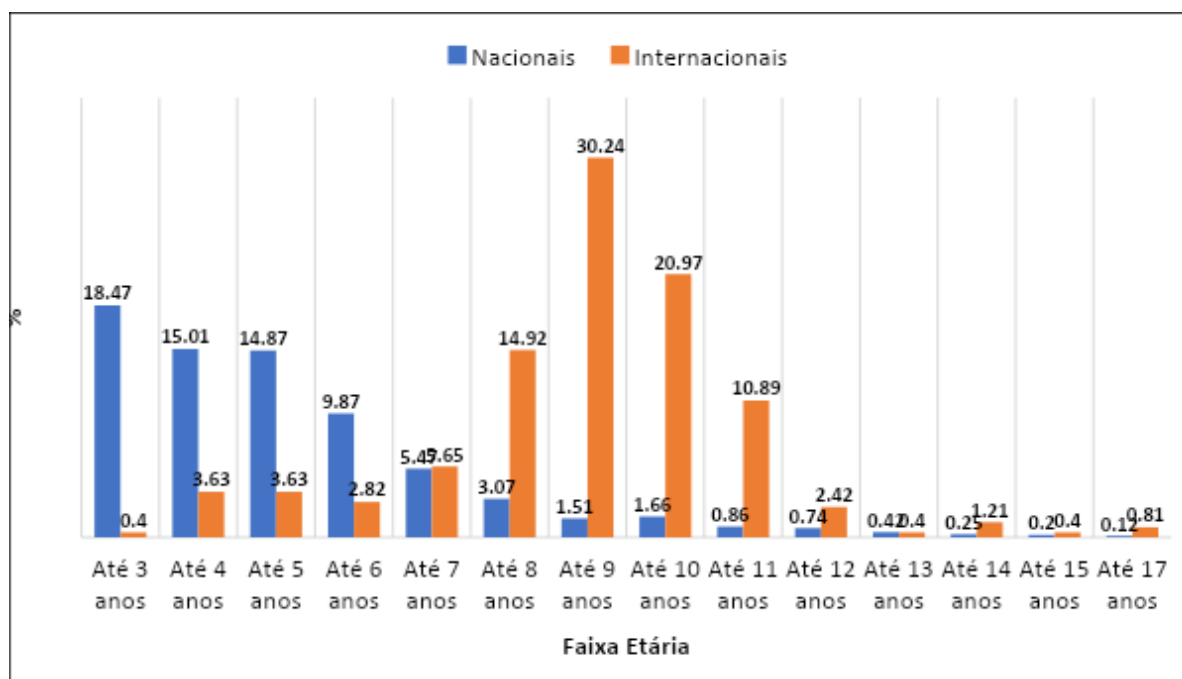


Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

Essa teoria abre alguns questionamentos acerca do perfil dos candidatos internacionais à adoção e se eles se aproximam aos brasileiros em relação às preferências pelas características das crianças e adolescentes comparando sexo, faixa etária, aceitação de grupo de irmãos e crianças com doenças. Estudos ampliam ainda mais essa discussão, como o feito por Mariano (2004) que analisa amostras de processos de adoção da Vara de Infância e Juventude de Ribeirão Preto mostrando que na maioria das adoções as crianças tinham até um ano de idade, “e se enquadravam no perfil das crianças mais almejadas para adoção”.

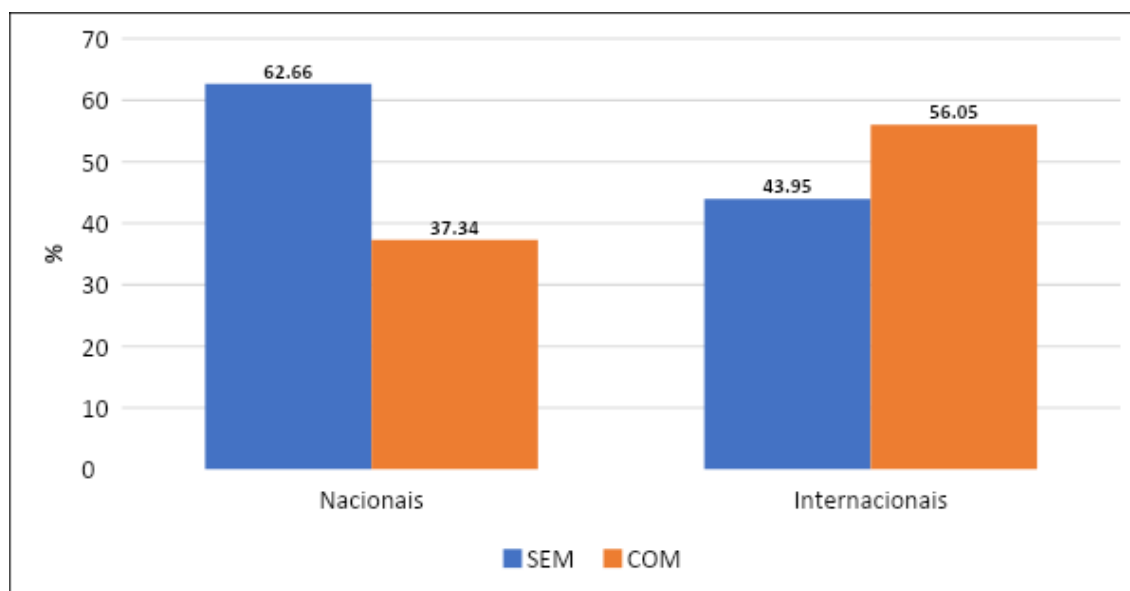
Com uma breve análise de dados e comparação feita no sistema do CNA notamos que a preferência dos pretendentes nacionais em 2019 era para crianças com até três anos, sem doenças. Enquanto a maior preferência dos internacionais era por crianças com até nove anos de idade, com possibilidade de possuir alguma doença (como representado nos gráficos 2 e 3). Sobre sexo, os pretendes internacionais se mostram mais indiferentes em comparação com os nacionais (Gráfico 4).

Gráfico 2: Preferência de pretendentes nacionais e internacionais por faixa etária.



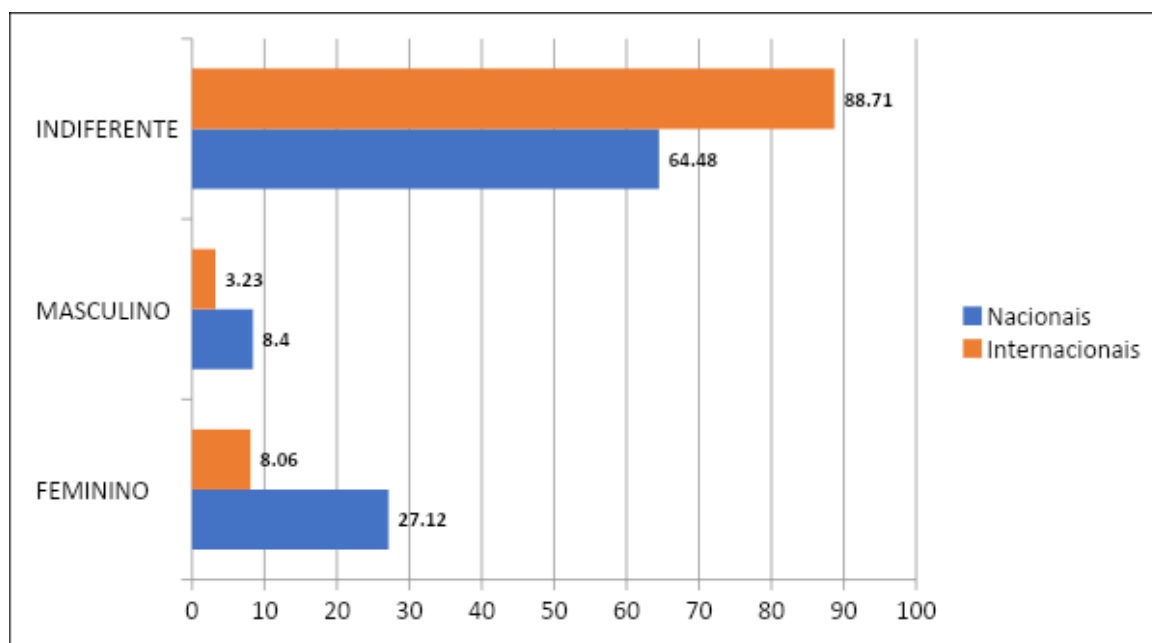
Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

Gráfico 3: Preferência de pretendentes nacionais e internacionais para aceitar crianças com irmãos.



Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

Gráfico 4: Preferência de sexo por pretendentes nacionais e internacionais do CNA.



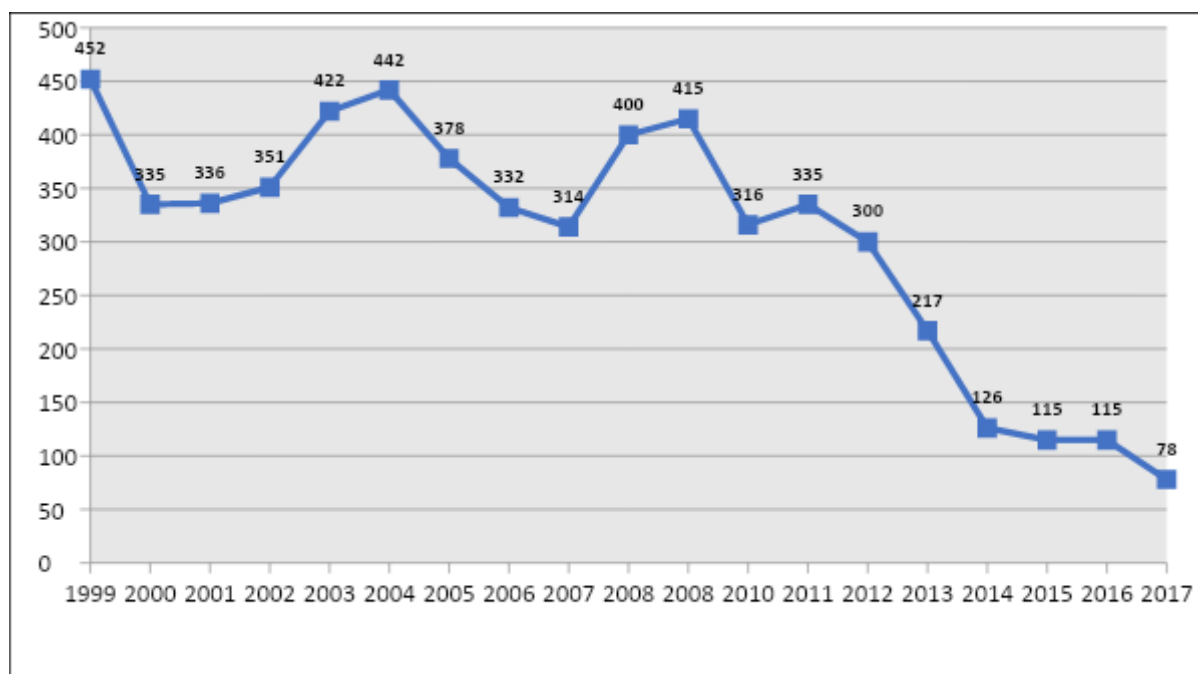
Fonte: Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em 28/01/2019.

1.2 Adoção internacional no Brasil, seus auge e declínios.

A adoção internacional no país passou ao longo dos anos por momentos de auge e declínios. Sua história esteve por anos marcada por estigmas que foram perpetuados de geração em geração, causando opiniões negativas sobre esse assunto, e até certo receio das autoridades responsáveis em promovê-las. Entretanto, ainda assim autoridades responsáveis pelo bem-estar de crianças e adolescentes existentes de alguns estados (CEJAs e CEJAI) mantiveram e reforçaram seus esforços para afastar os escândalos e promover as adoções internacionais. Pois, havia uma preocupação que essa instabilidade prejudicasse ainda mais as crianças que seriam adotadas por pais estrangeiros.

Um exemplo disso foi o fato de em 2015 o CNA ficar responsável também pela inclusão dos pretendentes internacionais na lista de adoção, mudança essa que visava agilizar o processo de adoção fazendo com que pretendentes internacionais não só mais ficassem restritos às crianças das comissões específicas em que estão habilitados, agora podendo ter acesso a todas as crianças disponíveis no Brasil. Aumentando assim o número de adoções internacionais no país. Mas mesmo com essa inclusão ainda nota-se que de 2015 até 2017 o número de adoções internacionais caiu (Gráfico 5).

Gráfico 5: Adoção internacional no Brasil entre 1999 e 2017.



Fonte: ACAF (Autoridade Central Administrativa Federal) e PF (Polícia Federal).

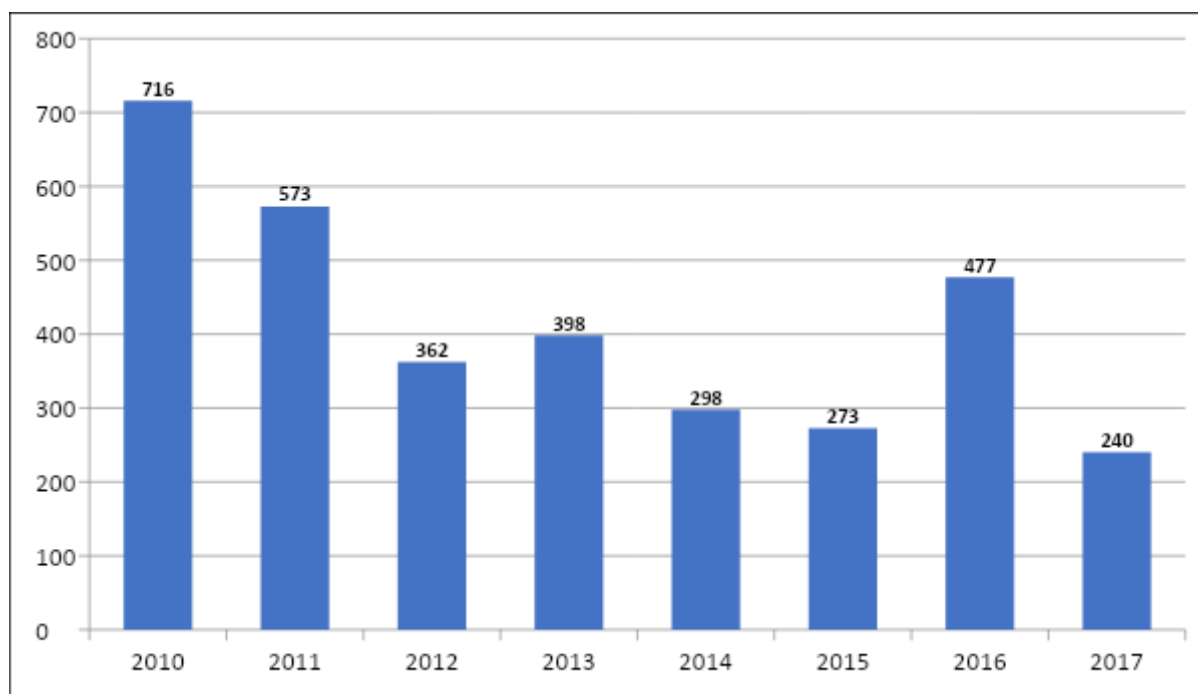
1.3 Caracterização das adoções no estado de Pernambuco.

No ano de 2017, de acordo com o jornal “Destak” de Recife (publicação de 09/05/2018) o estado de Pernambuco foi considerado o 5º estado brasileiro que mais promove adoções, ficando atrás apenas do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O estado ainda mantém seu destaque para as adoções de crianças com perfis menos procurados; crianças com mais de 3 anos, pardos e negros.

Mas ainda com esses avanços de ano para ano o Pernambuco possui uma estatística que se assemelha ainda com a do restante do Brasil onde o número de pretendentes para o número de crianças disponíveis é muito maior. Discrepância significativa entre o número de pretendentes à adoção, disponíveis no CNA (1.153) e o número de crianças disponíveis no estado (198) (dados de 13/03/2019).

Nos últimos 9 anos o número de adoções no estado de Pernambuco passou por queda e oscilações. O quantitativo passou de 716, em 2010, para 240 em 2017 (Gráfico 6).

Gráfico 6: Número de adoções em Pernambuco de 2010 a 2017.



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco

1.4 Programas e projetos no estado de Pernambuco.

Além da inserção em 2014 dos pretendentes internacionais ao CNA a área de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pernambuco (TJPE) junto a Comissão Estadual Judiciária de Pernambuco (CEJA-PE) também realizam programas que auxiliam na promoção das adoções no estado, principalmente as tardias. Ações essas que só se iniciaram a partir de um cenário de mudanças com a Lei Nacional de Adoção em 2009, onde os pretendentes começaram a passar por uma preparação jurídica e psicossocial ao adentrarem o Cadastro Nacional de Adoção.

O TJPE se destaca também pela criação de programas, ações e projetos visando orientar juízes e promotores para diminuir o tempo de acolhimento institucional que as crianças e adolescentes passam. Há programas focados nos grupos de irmãos que objetivam conscientizar os adotantes a manterem os vínculos entre irmãos, mesmo que adotados por outras famílias.

Além disso, o “Projeto Família” que teve início em 2008 é muito importante para a viabilização da busca ativa de crianças e adolescentes que ainda se encontram nas instituições de acolhimento. O projeto funciona como uma ferramenta de busca no site do TJ-PE para que os pretendentes possam ver algumas informações de crianças e adolescentes que já estão há bastante tempo no abrigo, informações que são atualizadas mensalmente.

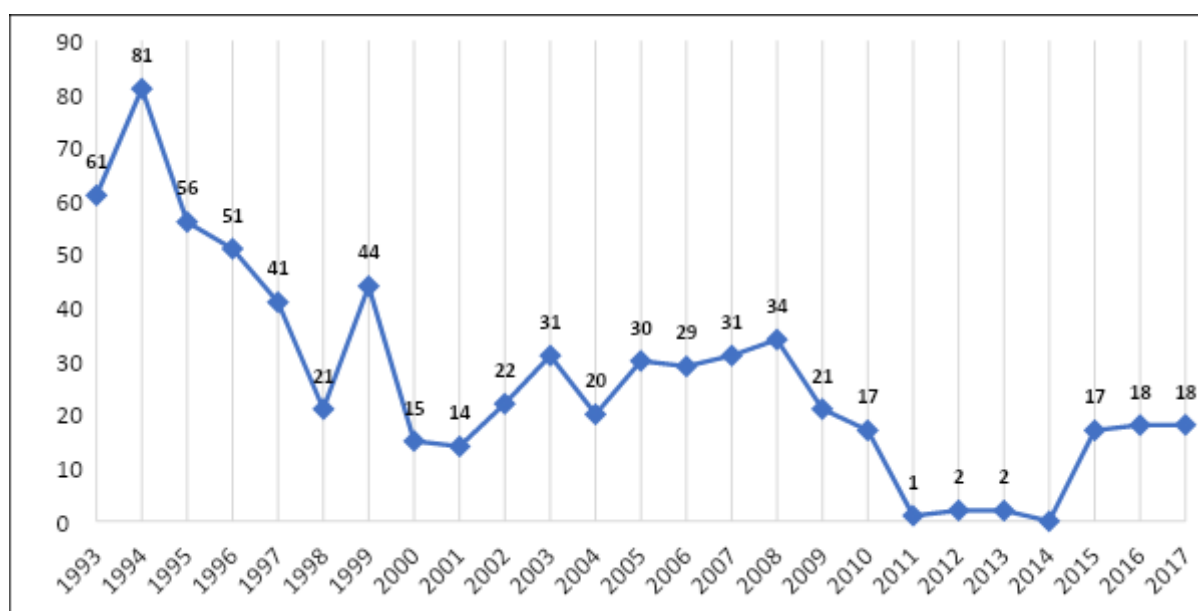
A ferramenta também funciona por plataformas online como Facebook e Youtube onde são postadas informações, fotos e até vídeos dessas crianças e adolescentes. Para assim viabilizar a busca de uma família para crianças e adolescentes que estão privados dessa convivência familiar fugindo um pouco do perfil tradicional que aparenta uma prioridade maior a atender o perfil desejado pelos pretendentes.

5.5 Adoção internacional no estado de Pernambuco.

Desde a criação da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do estado de Pernambuco (CEJAPE) em 1993, houve uma maior preocupação em atender os interesses da criança e do adolescente nos processos de adoção. Com um sistema que visa centralização, cooperação e controle; quando estabelece procedimentos obrigatórios às autoridades responsáveis por adoções em vários países. Para assim, proteger a criança de passar por certas situações nas adoções internacionais.

Ao longo dos 26 anos de funcionamento dessa comissão, oscilações ocorreram nos números de adoções internacionais no estado. Como podemos observar nos dados do estado de Pernambuco que foram obtidos pela análise dos relatórios do TJPE. Eles mostram durante os anos de 1993 a 2017 uma tendência bem parecida com os dados do Brasil, como oscilações e quedas bruscas em alguns períodos (Gráfico 7).

Gráfico 7: Evolução das adoções internacionais no estado de Pernambuco no período de 1993 a 2017.



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco - Infância e Juventude (dados: março de 2019.)

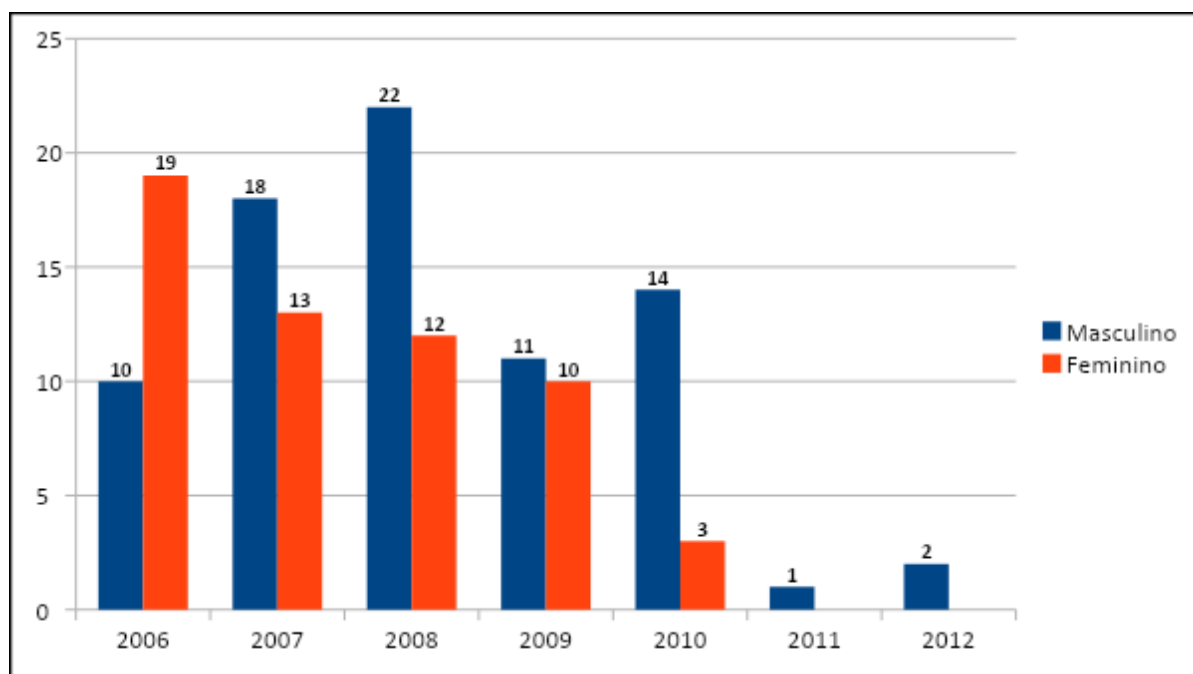
Apesar do estado de Pernambuco se mostrar muito à frente de outros estados em relação a projetos de incentivo à adoção, ainda existe um pequeno número de adoções internacionais e uma relação grande de crianças disponíveis no CNA (196 crianças em 24/03/2019). Assim, entendemos que a questão da adoção (queda) não advém da grande demanda de crianças para o número de pretendentes. E sim de um problema mais cultural.

Cultural, pois em toda pesquisa percebemos que há certa preferência padronizada para o perfil das crianças pelos pretendentes nacionais e internacionais. Perfil esse que é construído pelos indivíduos de maneira cultural. Quando se alimenta ideais de que as crianças devem ter aparência parecida com dos pais adotivos ou que devem ser criados por eles desde a primeira infância, na intenção de que seja “mais fácil educá-las”, ou até para evitar convívio com a família de origem.

Sabendo que, a maioria das crianças existentes nos abrigos não se enquadra nesse padrão, é necessário entender esse fator como um possível responsável pela queda do número de adoções nos últimos anos e a permanência de crianças em abrigos por anos.

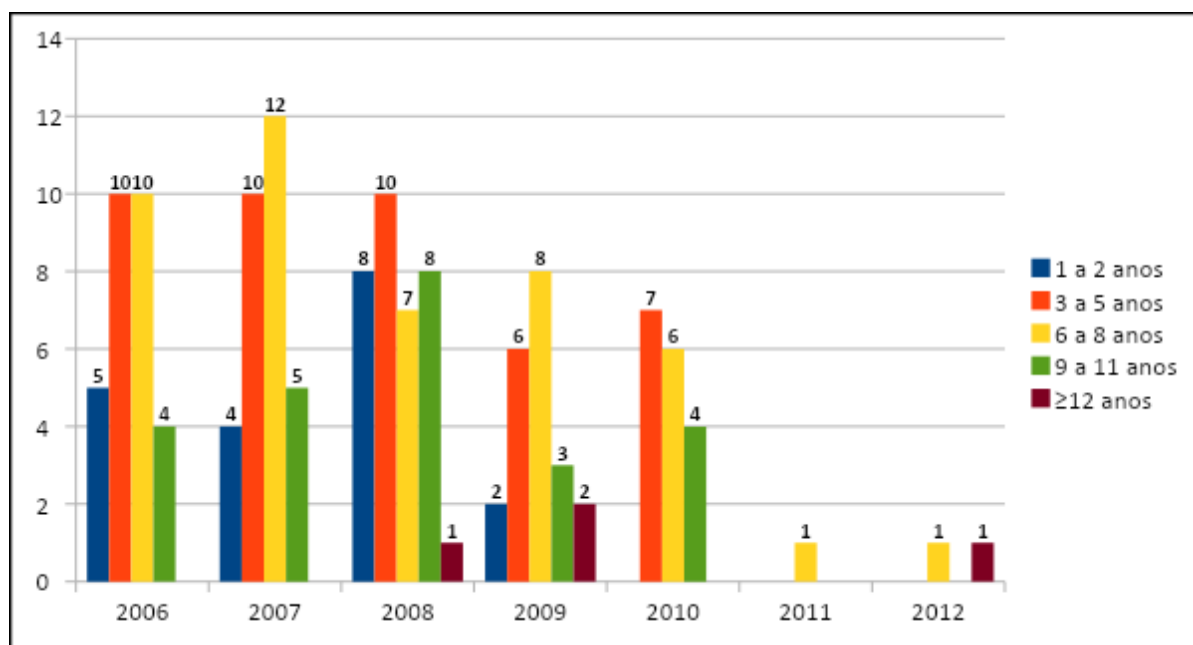
Ainda analisando esses aspectos, em 2013 a CEJA-PE publicou seu último relatório de gestão, que mostrou dados de anos anteriores sobre adoção internacional. Dados importantes para esta pesquisa, que mostram características das crianças do estado de Pernambuco adotadas por pretendentes internacionais. Em relação ao sexo, faixa etária, cor de pele e doenças. Informações mostradas a seguir nos gráficos 8, 9, 10 e 11.

Gráfico 8: Número de crianças e adolescentes adotados quanto ao sexo entre 2006 e 2012.



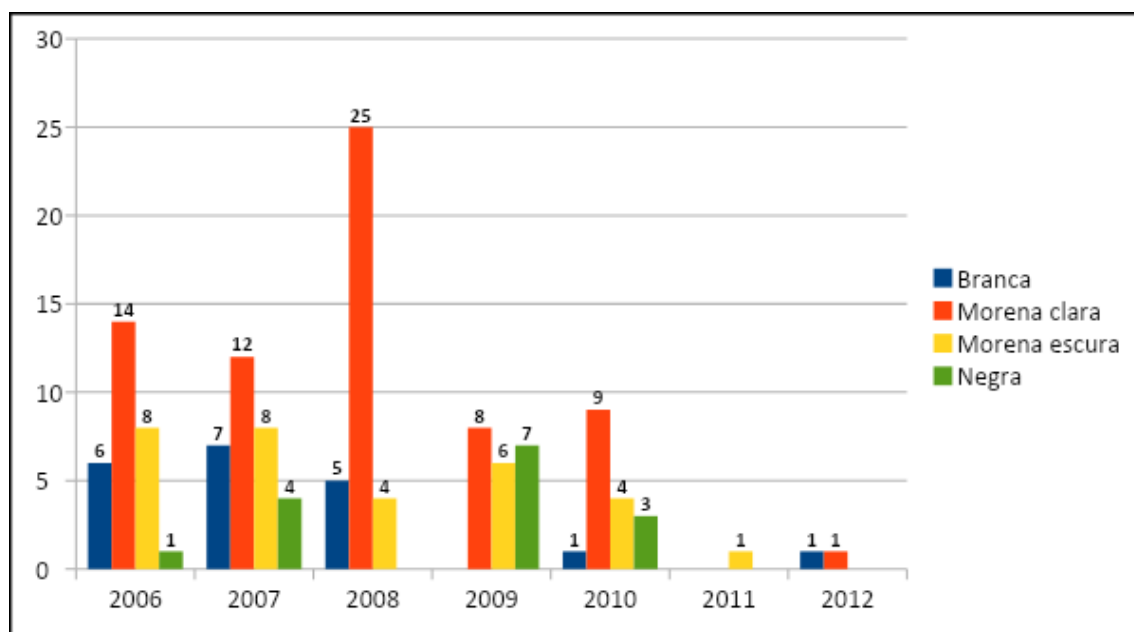
Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Gráfico 9: Número de crianças e adolescentes adotados quanto à faixa etária de 2006 a 2012.



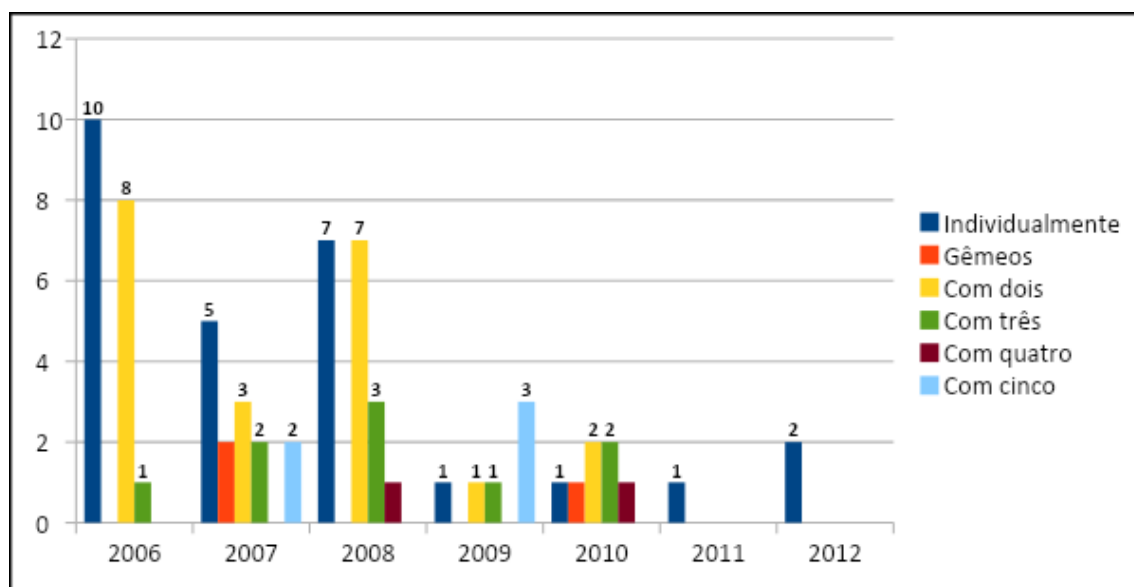
Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Gráfico 10: Número de crianças e adolescentes adotados quanto à cor da pele entre os anos de 2006 e 2012.



Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Gráfico 11: Número de crianças e adolescentes adotados individualmente ou em grupo de irmãos entre os anos de 2006 e 2012.



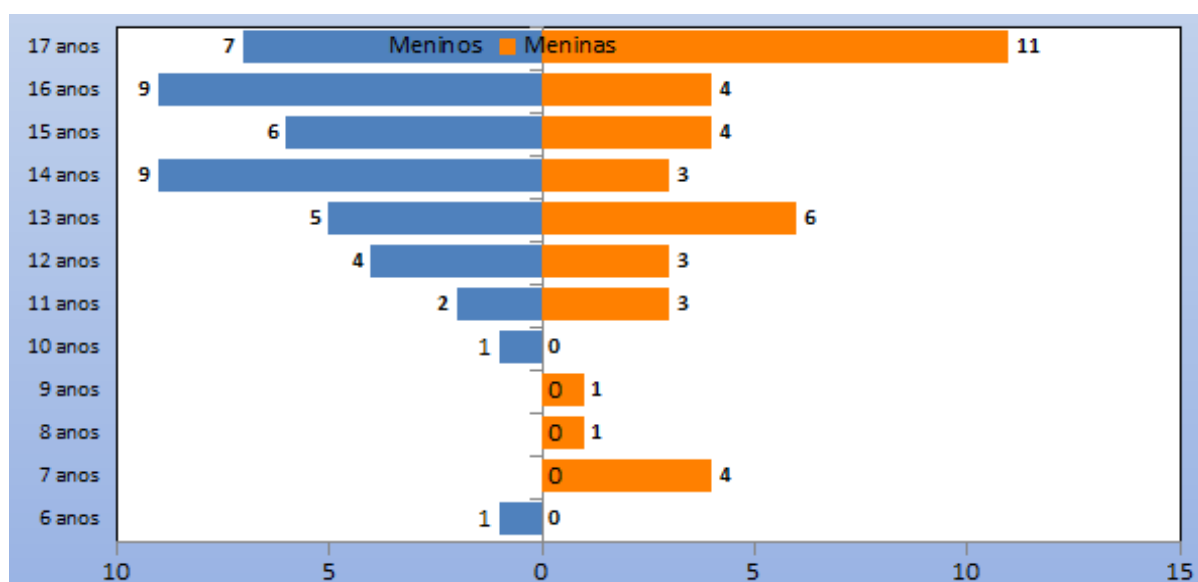
Fonte: Relatório de gestão feito pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA-PE (2013)

Com a análise de alguns dados do relatório e a exposição nos gráficos pudemos notar que o ano que apresentou maior número de adoções (22) de um sexo foi em 2008 do (sexo masculino). Quanto à faixa etária, o grupo que apresentou maior número de adoções na maioria dos anos foi de 6 a 8 anos de idade. Sobre cor de pele a que mais se destacou nas adoções internacionais entres os anos 2006 a 2012 foi a “morena clara”. Por fim, sobre os

grupos de irmãos eles constituem aproximadamente 42% do total de crianças incluídas na lista. A tendência confirma a existência de um perfil de preferência pelos adotantes.

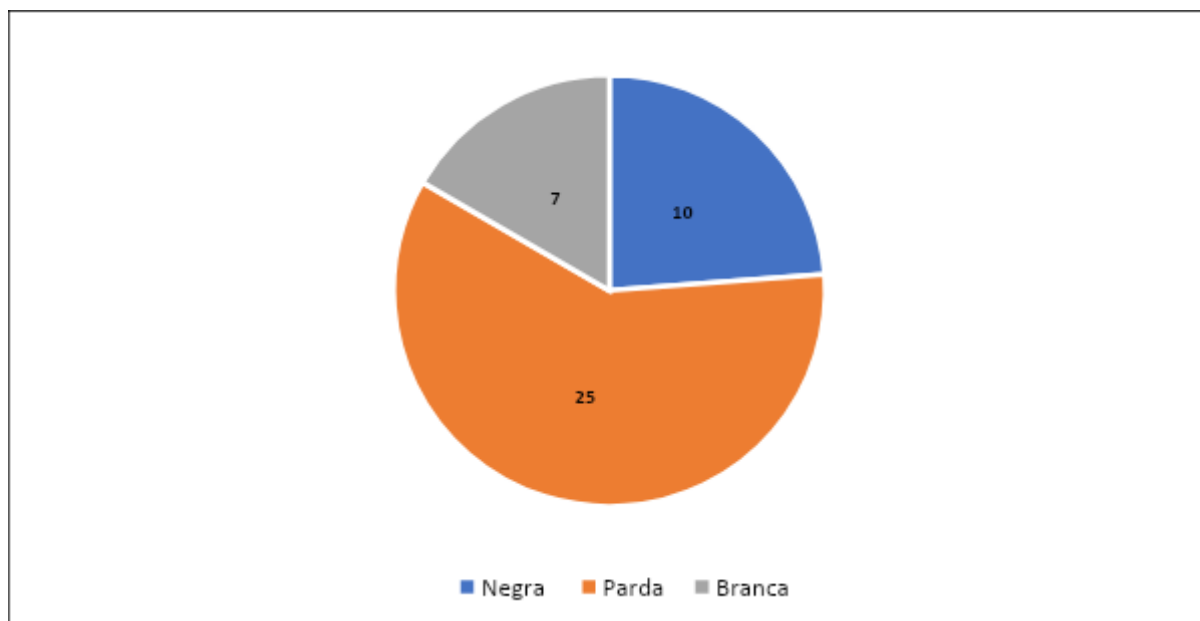
De acordo com a relação de crianças (atualizada mensalmente) disponíveis nos abrigos do estado inscritas no Projeto Família notamos que o perfil comum delas é justamente aquele dito inicialmente como “perfil menos almejado pelos adotantes”. Das 85 crianças na lista, todas possuem idade maior que 5 anos, boa parte são meninos e a maioria são considerados pardos (Gráficos 12 e 13).

Gráfico 12: Relação do número de crianças e adolescentes disponíveis nos abrigos do estado de Pernambuco incluídas no “Projeto Família” por idade e sexo.



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco – Infância e Juventude (dados: março de 2019.)

Gráfico 13: Relação do número de crianças e adolescentes disponíveis nos abrigos do estado de Pernambuco inscritas no projeto família por cor.



Fonte: Tribunal de Justiça do Pernambuco – Infância e Juventude (dados: março de 2019.)

Em relação a sexo das crianças incluídas no projeto família percebemos que há diferença (apesar de pouca) entre o número de meninos (44) e meninas (40) e sobre a idade maior parte dessas crianças estão na faixa de 16/17 anos de idade, ou seja, perto de precisarem sair do abrigo. Sobre a cor, menos de 17 % destas crianças são brancas.

5. Lista das referências bibliográficas utilizadas.

BERGER, Maria Virgínia Bernardi; GRACINO, Eliza Ribas. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. Revista HISTEDBR Online, Campinas, SP, n. 18, p. 170-185, jun.2005.

COSTA, Caroline Amorim; MORO, Italo Nogueira de; ESTÊVÃO, Luciana Costa; GOMES, Sergio Milanez; LIMA, Stephane Kelly da Silva. As modalidades de adoção no Brasil e uma síntese de sua evolução. E-Civitas-Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH –Belo Horizonte. Volume XV, número 2, dezembro de 2022. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3043/pdfYYY> . Acesso em: 24 de março de 2023.

DADOS– Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 1, 2006, pp. 41 a 66. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PSdm4MQjyJsfpvYQPt3B6N/?lang=pt>.

Acesso em: 19 nov. 2018.

FONSECA, Claudia. (Re)descobrimos a adoção no Brasil trinta anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Runa, Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, v. 40, n. 2, p. 17-38, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282019000200017&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 de março de 2023. Epub 19-Dic-2019. <http://dx.doi.org/10.34096/runa.v40i2.7110>.

_____. Uma Virada Imprevista: O "Fim" da Adoção Internacional no Brasil.

JACOBINA, Lais Fernandes.; DE PAIVA, Ilana Lemos. «Aconchego do Lar»: Discutindo o Serviço de Acolhimento Familiar. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 1–23, 2019. DOI: 10.11600/1692715x.18103. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rlesnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3736>. Acesso em: 5 abr. 2023.

KUHN JUNIOR, Norberto; BIRK DE MELLO, Bárbara. A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 284–312, 2020. DOI:10.14295/rbhcs.v12i24.11899. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11899>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LOBO, Fabíola Albuquerque. Adoção consentida e o Cadastro Nacional de Adoção: harmonização que se impõe. *Pensar, Revista de Ciências Jurídicas*. Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 484 - 506, 2016.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância, adolescência e direitos humanos no conflituoso século XX: o direito à informação no contexto da árdua construção da democracia brasileira. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 198–233, 2020. DOI: 10.14295/rbhcs.v12i24.11904. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11904>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NOÉ, Brenda Junqueira; VERNER, Reinaldo Laviola. Adoção à brasileira e o confronto com o Cadastro Nacional de Adoção. *Revista Vox*, [S. l.], n. 14, p. 9–31, 2022. Disponível em: <http://www.fadileste.edu.br/revistavox/index.php/revistavox/article/view/15>. Acesso em: 29

mar. 2023.

OLIVEIRA, Márcia Luzia Silva de; MAGALHÃES, Celina Maria Colino ; PEDROSO, Janari da Silva. Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10519>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PENA, Mariela. La integración de niños y niñas a familias adoptivas en argentina, conexiones legítimas. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud , [S. l.], v. 14, n. 1, 2016. DOI: 10.11600/1692715x.14130130415. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2372>. Acesso em: 5 abr. 2023.

PEREIRA, Paulo José. Capítulo II. Sobre famílias e filhos. In: PEREIRA, Paulo José. Adoção: realidades e desafios para um Brasil do século XXI. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas - SP, 2012.

QUEIROZ, Laíse Tarcila. A garantia do direito à convivência familiar através da adoção internacional: em defesa do mito de Réia no combate a Cronos, devorador da infância. Dissertação (Mestrado em Neoconstitucionalismo) - Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Ciências Jurídicas, Recife-PE, 2008.

EM DISCUSSÃO, Revista de audiências públicas do Senado Federal. Brasília. Ano 4 – Nº 15, Maio/2013.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. 2012. 390-399 p. Artigo (Psicologia: Reflexão e Crítica) - USP, [S.I.], 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/prc>. Acesso em: 06 nov. 2018.

SANTOS, Caroline Alessandra Taborda dos. ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA ADOÇÃO INTERNACIONAL. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, p. 439-447, 2012. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/revista8/aspectosCaroline.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2019.

SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

VELOZA-MORALES, Martha Cecilia; FORERO BELTRAN, Elcy.; RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, Jenny Carmiña Significados de família para as famílias contemporâneas. Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude , [S. l.] , v. 21, não. 1 pág. 1–19, 2023. DOI: 10.11600/ricsnj.21.1.5600. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/ricsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/5600>. Acesso em: 5 abr. 2023.